

A DISCIPLINA *EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA* E A FORMAÇÃO DO CIDADÃO NO ACRE TERRITORIAL A PARTIR DO JORNAL *O ACRE* (1930-1959)

Virna Lumara Souza Lima (Ufac)

RESUMO

O presente artigo possui como objetivo a análise da disciplina *Educação Moral e Cívica* no processo educacional escolar, ressaltando a sua influência na formação do cidadão, durante o período Acre Territorial, precisamente entre os anos de 1930 a 1959. A análise utilizou como fonte principal as publicações do Jornal *O Acre*, tendo em vista sua posição privilegiada enquanto órgão oficial de divulgação das ações do governo à época. A escolha da fonte, portanto, se justifica por ser este um importante suporte de comunicação dos atos oficiais à época, constituindo-se, portanto, em um meio privilegiado para a obtenção de informações fundamentais não apenas sobre a disciplina, mas a respeito de toda a organização educacional do Território do Acre, nesse contexto. A perspectiva de análise parte da ideia de que a disciplina *Educação Moral e Cívica* advinha de um projeto de construção de nação sob um discurso de modernização, na qual a escola seria uma importante ferramenta nesse processo. A disciplina foi, portanto, um dos elementos que traduzia, nesse período, a essência desse projeto de cunho civilizatório.

Palavras-chave: Educação moral e cívica; Acre Território; jornal.

INTRODUÇÃO

A pesquisa em história da educação, de uma forma geral e extremamente abrangente, não é apenas uma importante ferramenta para a obtenção de informações com capacidade para uma construção linear do passado ou uma maneira de encontrar justificativas ou motivações para a situação educacional posterior. A partir da ideia de que a pesquisa na educação possui um viés qualitativo marcante, estudar e analisar a história da educação resulta não apenas na reconstituição “de cenas”, mas em uma reconstrução da história. É como se o passado, com os mesmos fatos, pudesse ser reconstruído de diversas maneiras, a partir de diferentes olhares. O passado está sempre em um processo constante de reconstrução. Aparentemente, não se finda.

Isso se dá, principalmente, pelo fato de que as fontes precisam da análise do pesquisador para que faça sentido dentro do contexto histórico. As fontes e dados sem análise são apenas isso. É a partir do olhar do pesquisador e da construção feita a partir de suas relações que as informações ganham vida e formam um sistema integrado. Importante ressaltar ainda que tal análise reflete a formação teórica do autor, que fundamentará a discussão, sua perspectiva social, o *lugar* de onde se fala e sua intenção.

A pesquisa em história da educação no Acre, durante o período territorial, em particular, é um campo que conta ainda com diversas possibilidades de investigação. A tendência seguida, portanto, foi a de adentrar a um conteúdo específico, cuja pesquisa pudesse ser somada a outras pesquisas já realizadas e auxiliar outras que a sucederão.

Nessa discussão, ao identificar como temática a educação no Acre durante o seu período territorial e selecionar jornais da época como principal fonte, o principal caminho trilhado foi o de folhear suas publicações em busca do afunilamento dessa temática, visando a identificação de um objeto mais delimitado.

A fim de contextualizar a educação do Acre Território, vale a pena destacar que após a Proclamação da República, em 1889, o período que se seguiu foi marcado por um projeto de modernização no país em todos os níveis. Essa modernização buscava o progresso, na ânsia de colocar o Brasil nas vias de crescimento e desenvolvimento civilizatório, a exemplo do que já vinha acontecendo com outros países.

E é justamente a partir desse projeto de modernização social que a escola é encarada como a principal ferramenta. Há, portanto, um discurso modernizador por trás das reformas educacionais entre outras ações que envolviam o contexto escolar. A respeito dessa percepção, Souza afirma:

A crença no poder redentor da educação pressupunha a confiança na instrução como elemento (con)formador dos indivíduos. Potência criadora do homem moral, a educação foi atrelada à cidadania e, desta forma, foi instituída a sua imprescindibilidade para a formação do cidadão. Articulada com a valorização da ciência e com os rudimentos de uma cultura letrada, ela se apresentava como interpretação conciliadora capaz de explicar os motivos do atraso da sociedade brasileira e apontar a solução para o mesmo. (SOUZA, 1998, p. 26).

O discurso de modernização e desenvolvimento civilizatório para o progresso da nação também fundamentou o currículo escolar proposto nas escolas, a partir desse período. Havia uma discussão sobre como a educação seria capaz de formar o cidadão para a modernidade, resultando em questionamentos sobre o que deveria ser ensinado ao povo.

O movimento feito para a pesquisa, portanto, foi identificar esse discurso a partir contexto acreano nos anos que se seguiram. E foi justamente a partir dessa tônica de modernização e desenvolvimento civilizatório que

a pesquisa foi se aproximando da disciplina escolar que mais traduzia todo esse sentimento: A disciplina *Educação Moral e Cívica* - EMC.

Entre os jornais acreanos pesquisados a respeito da temática, percebeu-se que a maior recorrência estava justamente no Jornal *O Acre*, que era intitulado como órgão oficial. Esse achado foi de grande importância, uma vez que a pesquisa se encaminhava para uma perspectiva mais oficial ou formal sobre o objeto. Por essas motivações, o jornal citado caracterizou-se como a principal fonte histórica da realização da pesquisa.

Outra informação que justifica a periodização escolhida do objeto está relacionada ao período de funcionamento e publicação do Jornal *O Acre*, selecionado como fonte principal. Seu período de circulação compreende os anos de 1929 a 1972. Como a principal plataforma de acesso ao jornal foi a Hemeroteca Digital, localizada no site da Biblioteca Nacional, vale a pena ressaltar que, entre o período de circulação supracitado, há a ausência de alguns anos de publicação.¹

No que se refere à pesquisa sobre a história da educação no Território do Acre a partir de fontes como os jornais, vale a pena mencionar que:

Nesse momento se constitui na melhor fonte de informação que a pesquisa pode contar, especialmente se considerado que estes funcionavam como uma espécie de 'diário oficial' do governo territorial na medida em que faz circular informações sobre todas as questões que merecem destaque no cenário internacional, nacional e local. (DANTAS, 2004, p. 01).

Dessa forma, dada a importante função do jornal no período selecionado para a pesquisa, buscou-se extrair desse suporte a maior quantidade de informação possível para que se pudesse desenvolver uma análise sobre o objeto em questão, resultando em uma reflexão sobre a temática apresentada.

A FORMAÇÃO DO CIDADÃO NO ACRE TERRITORIAL

Para prosseguir com a discussão da formação do cidadão segundo os preceitos republicanos, é necessário situar o Acre dentro do contexto nacional. Pode-se dizer que a região acreana pertencia à Bolívia até o ano de 1903. A partir do Tratado de Petrópolis², a região passou a compor o território

¹ Os anos de publicação que não estão disponíveis na Hemeroteca e, portanto, não puderam ser considerados para a pesquisa são: 1937 a 1939, 1942 e 1945.

² Foi efetivamente um acordo de permuta que culminou com a entrega do Acre ao Brasil, pela Bolívia, logo após as batalhas que envolveram a Revolução Acreana.

brasileiro. O Acre tornou-se, portanto, Território Federal, a partir da Lei nº. 1.181, de 24 de fevereiro de 1904, cuja administração se deu, diretamente, pelo Governo Federal.

Em seus primeiros anos enquanto Território Federal, o Acre vivenciou o Período Departamental. O Decreto nº. 5.188, de 07 de abril de 1904, o dividiu em Departamento do Alto-Acre, Departamento do Alto-Purus e Departamento do Alto-Juruá. Este último, posteriormente, foi desmembrado, dando origem ao Departamento de Tarauacá, em 1912. Permanecendo com essa configuração até 1920, ano em que aconteceu a unificação do Território. Embora administrado pelo Governo Federal, vale destacar que havia como administrador local um prefeito, nomeado diretamente pelo Presidente da República.

Viabilizar a educação nos departamentos era uma tarefa extremamente difícil, porque a região contava com pouca infraestrutura, com características extremamente rurais. Os departamentos possuíam grande extensão de terra sem ligação direta uns com os outros, com uma população espalhada nas florestas e seringais (PONTES; FARIAS; COSTA, 2016). Além da questão geográfica, que culminava na dispersão populacional, havia escassez de recursos financeiros, ausência de professores formados e pouca fiscalização nas instituições educacionais (LIMA; MACIEL, 2012).

Era, portanto, uma tarefa árdua, mas que deveria ser efetivada. Era necessária a criação de escolas para enfrentar o analfabetismo, promovendo a cientificidade, em consonância com a ideia de progresso, segundo os princípios educacionais republicanos que eram apregoados país afora. A respeito disso, é possível destacar que:

A representação atribuída à educação primária articula-se ao ideário de fincar a civilização na selva, a considerar o que essa instituição poderia representar em termos de alternativa para a construção de um projeto de sociedade civilizada que respondesse aos novos reclames de controle e homogeneização social (LIMA; MACIEL, 2012, p.12).

A partir do período em que o Acre tornou-se um Território Federal unificado, que se deu em 01 de outubro de 1920, por meio do Decreto-Lei nº. 14.383, houve um prenúncio de unificação também da educação. É possível constatar essa movimentação no governo de Epaminondas Jácome (1921-1922) por meio da Resolução nº. 27 de março de 1922 que instituiu o Regulamento Geral da Instrução Pública a ser observado em todo o Território

(MACIEL; LIMA, 2012). Dessa forma, vê-se a tentativa de centralizar os serviços da educação que antes era de responsabilidade de cada prefeito dos departamentos.

Grandes mudanças na educação do Território foram realizadas mais tarde no governo de Hugo Carneiro³. É possível citar grandes alterações nos órgãos de gestão e fiscalização da instrução pública, além do surgimento de um modelo de escola que pudesse formar um “futuro cidadão culto”, versando-o também em um ofício prático. É, portanto, a partir do artigo 1º da Resolução nº. 5, de 31 de maio de 1930, da Lei de Regulamentação do Ensino Primário do Território Unificado do Acre que se extrai o seguinte texto:

O ensino no Território do Acre terá como objetivo a transformação da criança em um ente útil ao país e, em particular, à região, conhecendo a sua própria personalidade e o meio ambiente, ficando apta, desta forma, a colaborar conscientemente para a grandeza de ambos e para o bem da humanidade. (CARNEIRO, 1930, *apud* SOUSA, 2016, p. 25).

A nova ordem republicana pela qual passava o país também estava presente na educação acreana, por meio dos governadores que eram nomeados pelo presidente da república. O objetivo de trazer o progresso ao país também era pauta da educação do Acre.

As mudanças da reforma de Hugo Carneiro, porém, não se limitaram à perspectiva macro da educação. Uma série de medidas estava voltada para o ambiente interno da escola, do mobiliário e até do tempo escolar, uma vez que manter o aluno mais tempo na sala de aula significava mais tempo de transformação da criança em um cidadão útil para o país (MACIEL; LIMA, 2012). Considera-se, portanto, que as medidas tomadas à época eram de caráter modernizador, dadas as circunstâncias educacionais que a região dispunha.

No governo de Francisco Assis de Paula Vasconcelos, tem-se o chamado Regulamento Geral do Ensino do Acre - Decreto nº. 94A de 22 de agosto de 1934 - que organizou as modalidades de ensino existentes no território. Além disso, o Decreto abordava a organização, apuração e divulgação de dados estatísticos escolares, o que ia de encontro à ideia de modernização difundida no país, dentro do processo de formação do cidadão, uma vez que tornar públicos os atos governamentais, na verdade, era uma estratégia para incutir o progresso na sociedade. Essas foram, portanto, as primeiras impressões a res-

³ Deputado federal pelo estado do Ceará, juiz no Departamento do Tarauacá e governador do Território Federal do Acre no período de 15 de junho de 1927 a 3 de julho de 1930.

peito de como estava organizada a educação no Acre Território em um período antecessor ao da análise desta pesquisa.

A DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA NO ACRE TERRITORIAL, A PARTIR DO JORNAL *O ACRE*

O JORNAL E SUA IMPORTÂNCIA PARA A EDUCAÇÃO ACREANA

A partir do governo de Francisco de Paula Vasconcelos (1930-1934), a divulgação e a importância dos dados estatísticos ganhavam cada vez mais notoriedade no cenário educacional acreano (SOUSA, 2016). E eram os jornais locais a principal ferramenta para se divulgar não só as estatísticas escolares, mas todas as informações que precisavam ser veiculadas a respeito da educação.

O Jornal *O Acre*, em particular, teve um grande papel na veiculação de notícias acerca da educação, ainda na administração de Hugo Carneiro. Sua primeira edição se deu em 1929, na em Rio Branco. O jornal intitulava-se *Orgam Oficial*. Ele era, portanto, o periódico oficial do Governo do Território Federal do Acre, pertencente ao então Estados Unidos do Brasil, e possuía publicações semanais.

Entre as principais publicações dos jornais, destaca-se aqui, principalmente, os documentos oficiais relacionados à educação:

Relatórios de governo; leis; decretos; regulamentos; nomeações e exonerações de professores; ofícios expedidos e recebidos do governo; assim como notícias sobre a instrução pública e saúde pública em outros estados do Brasil, fatos policiais e notícias locais em geral. (SOUSA, 2016, p. 12).

Além da publicação de tais documentos e informações, Sousa (2016) afirma ainda que havia divulgação também sobre fatos cotidianos que transmitiam a ideia de urbanidade e sociabilidade à comunidade acreana. A autora afirma ainda que a análise de periódicos, geralmente destinados um público distinto, permitiam a compreensão de que se trata principalmente de uma ferramenta de “propaganda” dos atos oficiais governamentais.

Na primeira edição do Jornal *O Acre*, em 18 de agosto de 1929, por exemplo, tem-se a publicação da Resolução nº. 21, ainda na administração do Governador Hugo Carneiro, que definia a classificação das escolas do Território, definindo seus nomes e locais de funcionamento, bem como o

vencimento que os professores receberiam, a depender da tipologia institucional. Essa primeira edição apresenta ainda uma série de *Actos Officiaes*, contendo nomeações, exonerações, licenças e portarias; além de *Notas Officiaes*, relatando atos administrativos do governo.

Sobre a relação entre o jornal e a educação acreana, Dantas afirma que:

O jornal desempenha, no período da análise, papel importante no processo de organização dos serviços de educação no Território do Acre ao se constituir como um orientador dos procedimentos administrativos que eram adotados pelo governo como e, principalmente como um arauto do ‘novo modelo de educação’ que estava a se praticar país afora. (Dantas, 2011, p. 1).

Durante o período territorial, o jornal possuiu um importante papel na organização da educação, uma vez que além informar seus leitores sobre a atuação política e administrativa de seus governantes, ele também era o principal instrumento para anunciar o progresso por meio de um discurso modernizador, na intenção de transformar a mentalidade do cidadão.

A INSTITUIÇÃO DA DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA NO ÂMBITO NACIONAL

Como já enfatizado anteriormente, o novo modelo de escola pensado durante a Primeira República, aos moldes positivistas, assume uma característica racionalizadora e civilizante. Esse fato é observado através da implantação dos chamados grupos escolares.⁴ Segundo Souza:

Tratava-se de um modelo de organização do ensino elementar mais racionalizado e padronizado com vistas a atender um grande número de crianças, portanto, uma escola adequada à escolarização em massa e às necessidades da universalização da educação popular. Ao implantá-lo, políticos, intelectuais e educadores paulistas almejavam modernizar a educação e elevar o país ao patamar dos países mais desenvolvidos. (Souza, 1998, p. 20).

Segundo a autora, eles são encarados ainda como “templos da civilização”, nos quais seriam realizadas as grandes intervenções que tinham por objetivo instaurar a ordem para alcançar de forma efetiva o progresso.

Costa (2008) afirma que os grupos foram criados, inicialmente

⁴ No Brasil os grupos escolares foram estabelecidos primeiramente no Estado de São Paulo em 1893, enquanto uma ideia de reunião de escolas isoladas, reunidas e acordo com a proximidade entre elas. Informação disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_grupo_%20escolar.htm. Acesso em julho de 2017.

te, nos grandes centros urbanos, e seu objetivo era o de reunir em um só lugar as escolas isoladas, empregando-se assim os princípios científicos positivistas tais como a racionalização, padronização e economia. Esse novo modelo de organização escolar fazia parte da estratégia adotada para a estruturação da República, uma vez que visava a universalização do ensino que estava intimamente ligado à modernização da Nação (SOUZA, 1998).

Além da organização escolar proposta na República, havia ainda a preocupação sobre o que seria ensinado para o povo, ou seja, como seria construída a formação do cidadão, de forma que o preparasse para a vida “civilizada” e contribuísse para a modernização e progresso tão visados pelos governantes. É partir desse questionamento que nos deparamos com a inserção da ideia que fundamenta a *Educação Moral e Cívica*.

A Reforma João Luiz Alves, também conhecida como Lei Rocha Vaz, foi instituída por meio do Decreto nº. 16.782A, de 13 de Janeiro de 1925. O Decreto foi responsável, por exemplo, pela criação do Departamento Nacional do Ensino e substituição do Conselho Superior de Ensino pelo Conselho Nacional do Ensino. Ademais reformou o ensino secundário e superior e deu outras providências sobre a educação da época. O Decreto foi responsável também pela inserção da *cadeira* - também chamada de matéria ou disciplina - de Moral e Cívica ao ensino secundário.

Diante do contexto político e social pelo qual passava o país, acredita-se que essa inserção deveu-se principalmente em resposta aos frequentes protestos estudantis contra o governo de Artur Bernardes. Para além dessa situação pontual e observando também a sua perspectiva mais conservadora, é possível que a disciplina inserida ao contexto educacional visasse um efeito muito maior que a amenização dessa situação em específico, uma vez que toda a movimentação educacional brasileira encaminhava-se para a formação de um cidadão que correspondesse à nova proposta de nação que se pretendia à época.

A *instrução moral e cívica* foi inserida no 1º ano do *conjunto de estudos do curso secundário*, sendo disponibilizada para isso uma cadeira. De acordo com o Decreto de 1925, em seu artigo nº. 48, é possível observar a tônica da disciplina:

§ 5º – O programa de ensino da instrução moral e cívica, no curso secundário, constará de ampliação do ensino ministrado no curso primário (art. 55, § 2º), acrescido de noções positivas dos deveres do

cidadão na família, na escola, na pátria e em tôdas as manifestações do sentimento de solidariedade humana, comemorações das grandes datas nacionais, dos grandes fatos da história pátria e universal, homenagens aos grandes vultos representativos das nossas fases históricas e dos que influíram decisivamente no processo humano. (BRASIL, 1925)

Essa descrição sobre o que iria abordar a disciplina enfatiza muito bem a discussão que estava sendo feita sobre a formação do cidadão a nível nacional, envolvendo os preceitos do nacionalismo por meio das *noções positivas* acerca dos *deveres* do cidadão com relação a sua *pátria*. O culto ao nacionalismo fazia parte da estratégia que encaminharia a nação rumo ao progresso.

Mesmo em outras disciplinas é possível destacar o intuito desse tipo de formação no mesmo artigo:

§6º – No ensino de língua materna, da literatura, da geografia e da história nacionais darão os professôres como temas para trabalhos escritos, assuntos relativos ao Brasil, para narrações, descrições e bibliografias dos grandes homens em todos os ramos da atividade, selecionando, para os trabalhos orais, entre as produções literárias de autores nacionais as que estiverem mais ao alcance ou mais interessar possam aos alunos, para desenvolver-lhes os sentimentos de patriotismo e de civismo. (BRASIL, 1925).

O *patriotismo* e o *civismo* destacado no programa indica o quanto a ideia da *Educação Moral e Cívica* permeava todo o currículo escolar. Não se tratava apenas de uma disciplina, mas de uma doutrina que buscava reflexo no comportamento do aluno, do futuro cidadão. Ainda no artigo nº. 55, é possível observar a alusão a esse discurso reformador da sociedade que foi personificado na disciplina:

§ 2.º - O padrão do programa de instrução moral e cívica para a admissão no 1º ano do curso secundário, será objetivo e constará do ensino, sempre exemplificado com fatos, de noções de civilidade, sociabilidade, solidariedade, trabalho, verdade, justiça, equidade, amenidade no trato, gentileza, asseio e higiene, amor à família e à pátria, altruísmo, etc. (BRASIL, 1925).

É impossível ler os atributos mencionados e não fazer relação com o discurso nacionalizador, modernizador e reformador da época: A *civilidade* e *sociabilidade* como os principais pilares para uma nova sociedade, de uma nação; o *trabalho*, principal fonte de transformação capaz de colocar o país no caminho do progresso; *asseio e higiene*, uma grande preocupação durante a Primeira República, uma vez que um país “moderno” é bem cuidado e limpo, e isso deveria ser refletido no próprio cidadão.

A INSTITUIÇÃO DA DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA NO JORNAL *O ACRE*

Inicialmente, vale destacar que ao fazer a pesquisa no Jornal, à procura de publicações referentes à disciplina, constatou-se que a *Educação Moral e Cívica* ia muito além do currículo escolar, teórico, voltado para a formação escolar por si só. Por diversas vezes, a moral e o civismo estavam relacionados não a educação formal, mas a um comportamento que tornava “íntegro” e “digno” o cidadão que possuísse aqueles atributos. E isso vem de encontro com a movimentação nacional da época, que buscava “massificar” tal comportamento por meio da escola, mas que elevava os atributos morais e cívicos a patamares que ultrapassavam os limites da sala de aula. Tal afirmação pode ser ilustrada pela imagem abaixo:

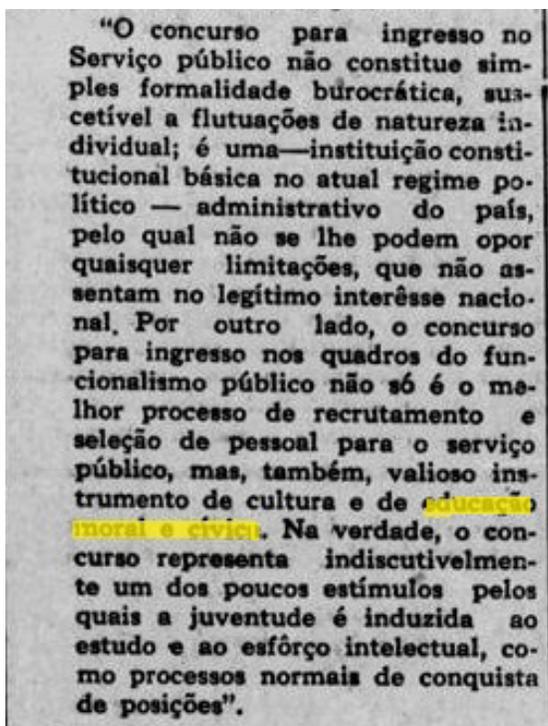


Figura 1: Imagem retirada do jornal *O ACRE*, 03 de junho de 1956, ed. 1.254, p. 03.

Essa perspectiva mais moralizante observada nas publicações que envolveram a EMC faz todo sentido, uma vez que a disciplina, nesse período, estava mais voltada ao papel moralizador da escola e sua importância na “salvação” do país, diferente do que ocorreu anos mais tarde, mais precisamente no período ditatorial, em que a disciplina foi utilizada para sustentar valores políticos autoritários.

As primeiras ocorrências sobre a disciplina no jornal *O Acre*, iniciam-se a partir de 1930. Uma das primeiras menções é do dia 1º de junho de 1930, na edição nº. 42, na segunda página do impresso. O mesmo jornal, cuja 1ª página noticia o reconhecimento dos *srs drs Julio Prestes e Vital Soares, como eleitos do povo para os cargos de Presidente e Vice Presidente no futuro quadriennio*, publica a Resolução nº. 6, que *manda a adoção do Programma de ensino para as escolas primarias*, datado de 31 de maio de 1930, sob a administração do então governador do Território, Sr. Hugo Ribeiro Carneiro e do Secretário Geral Sr. Francisco d'Oliveira Conde.

O Programa para as escolas primárias introduz a *Educação Moral e Cívica* como uma disciplina independente para o *Primeiro Anno*, e lista os conteúdos que deverão ser ministrados em tal disciplina, como é possível observar na imagem abaixo:

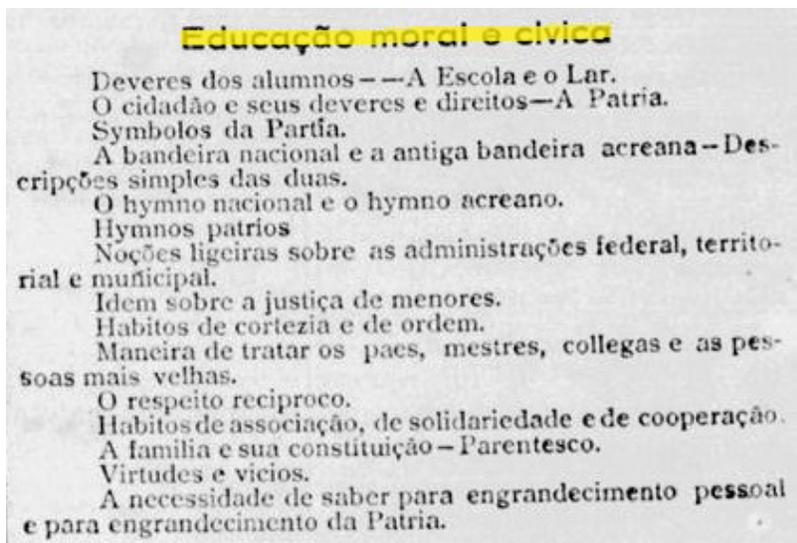


Figura 2: Imagem retirada do jornal *O ACRE*, 30 de junho de 1930, ed. 42, p. 02.

É perceptível o teor nacionalista e civilizatório da disciplina. O culto à bandeira nacional (com seu lema de *Ordem e Progresso*); ao hino nacional e acreano (e demais hinos pátrios); os deveres enquanto alunos e cidadãos; *habitos de cortezia e de ordem, virtude e vicios*; o conhecimento e *engrandecimento pessoal* e o *engrandecimento da Pátria*; dentre outros elementos acusam o quanto a educação acreana estava alinhada com o que se desenhava em âmbito nacional.

Abaixo da disciplina em questão é possível encontrar ainda a disciplina *hygiene*, que, dentre outros conteúdos, destaca: *o banho e sua necessidade*,

a habitação, seu asseio e sua ventilação e vestuário - vantagens das roupas leves e frescas para os climas tropicais. Ressalta-se essa disciplina, embora não seja o foco da pesquisa, apenas para indicar a forte presença dos preceitos republicanos de “regeneração social e limpeza” que, embora aplicados principalmente nas grandes capitais, também marcaram a formação do cidadão acreano.

A imagem traz uma discussão que dialoga com a ideia de nacionalismo marcante no período:

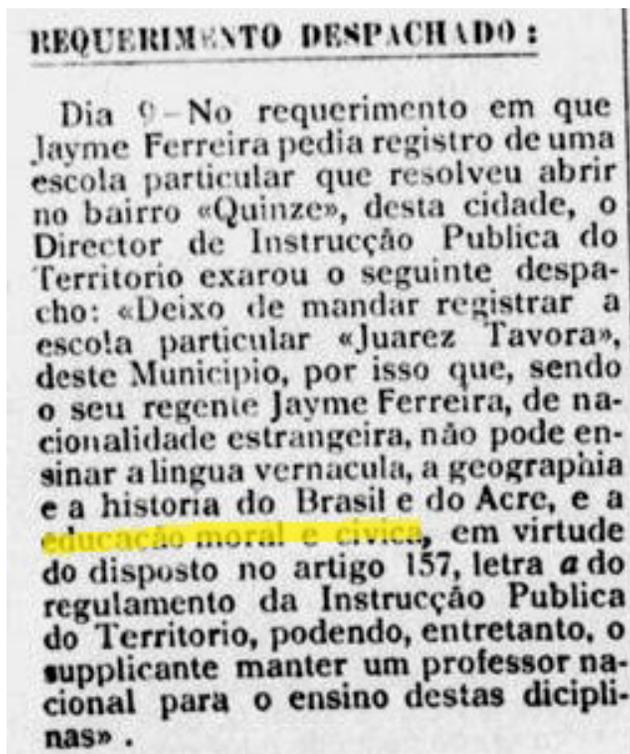


Figura 3: Imagem retirada do jornal *O ACRE*, 31 de março de 1931, ed. 81, p. 06.

A imagem que traz o *requerimento despachado* foi publicada no dia 1 de março de 1931, ano 3 de publicação do Jornal, n.º. 81, página 6. No requerimento, o pedido de registro de uma escola, mesmo sendo particular, é indeferido devido à nacionalidade estrangeira do regente das disciplinas de “*língua vernácula, geographia, historia do Brasil e do Acre, e a educação moral e cívica*”, tendo em vista o Regulamento da Instrução Pública, que exige um *professor nacional* para estas disciplinas.

A exigência de um professor *nacional* para disciplinas específicas que envolvem um conhecimento regional, dada a periodização, provavel-

mente vá além da perspectiva de que por ser estrangeiro ele não seja capaz de dominar o conteúdo. Tal impedimento pode estar relacionado às discussões e aos conteúdos que possuíam um objetivo de formação e uma tendência política que precisava de uma “proteção” ou defesa nacional. Dessa forma, como o professor estrangeiro transmitiria os valores pela qual a disciplina de *Educação Moral e Cívica* se propunha?

Interessante destacar que, em 1931, a obrigatoriedade da disciplina é extinta devido à Reforma Francisco Campos, deixando a cargo das escolas sua permanência ou não no currículo escolar. A justificativa se deu por meio da ideia de que a instrução moral e cívica se dava por meio da prática, sem a necessidade de uma disciplina para esse fim, uma vez que poderia ser inserida no cotidiano escolar. A partir das imagens seguintes, é possível afirmar que as escolas acreanas optaram pela permanência da disciplina.

A imagem abaixo, destacada na página 3, na edição n.º. 209, de 31 de dezembro de 1933, foi escolhida apenas para exemplificar uma das atribuições dos jornais da época que era, nesse caso, o da publicação das notas dos alunos nominalmente:

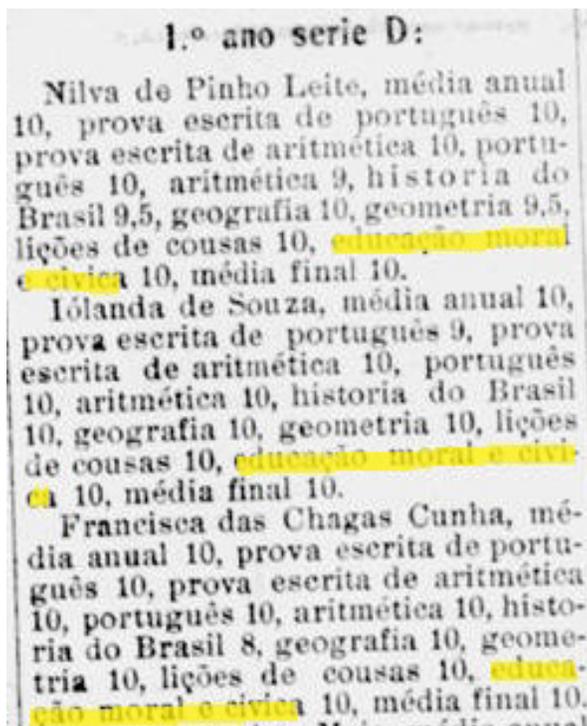


Figura 4: Imagem retirada do jornal *O ACRE*, 31 de dezembro de 1933, ed. 209, p. 03.

A imagem abaixo retoma o que foi dito anteriormente sobre o aspecto moralizante da disciplina e, também, sobre a não obrigatoriedade da disciplina que, pelo conteúdo da publicação, era motivo para lamento:

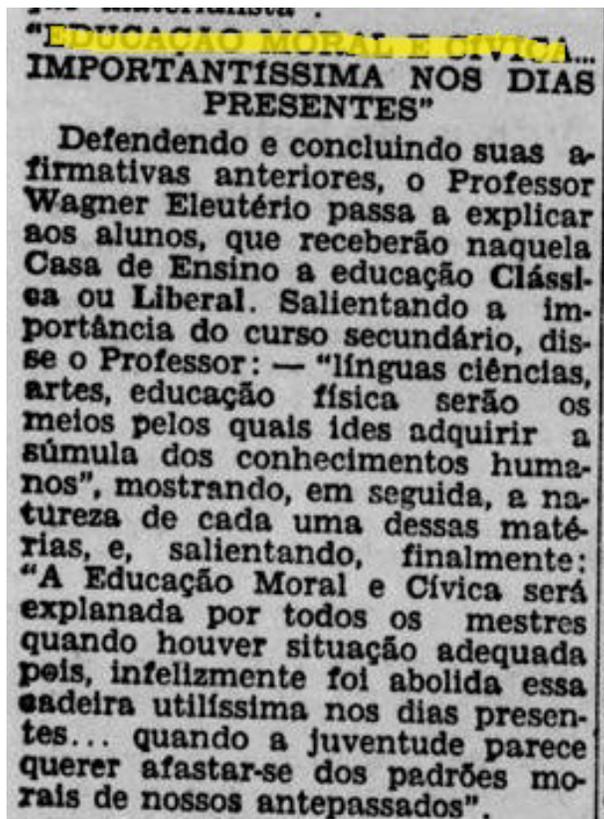


Figura 5: Imagem retirada do jornal *O ACRE*, 14 de março de 1959, ed. 1.387, p. 06.

Esse trecho publicado em 14 de março de 1959, edição n.º 1.387, página 6 do jornal *O Acre*, anunciava o início do ano letivo, na qual “entraram em funcionamento tôdas as escolas públicas e particulares, primárias e secundárias e técnico-profissionais” do Território, e relatava a aula inaugural das aulas matutinas do Secundário do Colégio Acreano. A imagem, portanto, destaca algumas das falas do intitulado Dr. Wagner Brasiliense Eleitério, da Cadeira de Ciências Físicas e Naturais.

É interessante destacar, pela fala do professor, a importância depositada sobre a *Educação Moral e Cívica* na formação dos alunos. Ele cita as línguas, as ciências, as artes e a educação física, como meios para se obter a *súmula dos conhecimentos humanos*. E, finalmente, como se fosse o mais notável e mais

abrangente de todos os conhecimentos, ele cita a *Educação Moral e Cívica*, que seria ministrada pelos professores, quando oportuno, trazendo à memória não apenas a abolição da *cadeira*, mas também o seu profundo lamento pelo acontecido, tendo em vista, segundo ele, a grande necessidade de tal conteúdo para a juventude.

É interessante destacar que, embora o autor da publicação jornalística estivesse relatando o discurso do professor em questão, não é fácil dizer até que ponto a ênfase dada à importância da disciplina é apenas daquele que proferiu o discurso. Vale destacar que ao reduzir a fala quanto às demais disciplinas a poucas palavras, sem entrar em detalhes individualizando-as, como fez com a EMC, o autor do texto também fez uma opção, talvez até mais enfática do que aquele que proferiu tais palavras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise feita, é possível afirmar que, assim como estava acontecendo em âmbito nacional, a educação no Território do Acre também acompanhou a movimentação que impulsionava a formação do cidadão a partir uma perspectiva mais nacionalista e moralizante. A *Educação Moral e Cívica* foi implantada nas escolas acreanas seguindo os mesmos preceitos difundidos pela tendência política nacional.

O discurso modernizador que foi iniciado desde o início da Primeira República - ou República Velha - ecoou em todo o território nacional, fazendo-se sentir até mesmo nas mais longínquas regiões, considerando as grandes capitais, onde as primeiras inovações geralmente acontecem primeiro, para só então serem disseminadas às demais regiões.

Com base na análise, é possível compreender a movimentação política ao elegê-la como a grande difusora dos ideais republicanos, tendo em vista sua natural posição de disseminadora da educação. Muito embora seja possível salientar que a *Educação Moral e Cívica* transpassa os limites da sala de aula, uma vez que a própria essência de tais ensinamentos tem como foco a vida, de fato, fora da escola. A grande questão proposta é, de fato, formar a criança de acordo com o que a nação necessitava para, assim, encaminhar-se para o progresso, abandonando o obscurantismo.

Nessa empreitada, o jornal continua sendo e continuará a ser a principal fonte de pesquisa, mesmo as vezes oferecendo uma multiplicidade de

possibilidade ao versar sobre uma mesma temática. Interessante destacar que o discurso jornalístico traz sobre a temática não apenas o que se diz diretamente a seu respeito. As suas escolhas de palavras, o tom dado ao texto e até a ênfase a determinada questão, por si só, ao serem analisados dentro de seu contexto, nos traz informações valiosas que só podem ser observadas com um olhar mais atento. E é justamente devido a isso e à nossa capacidade de ler não só o que está explícito, mas o que se diz nas entrelinhas que faz com que os jornais sempre sejam uma fonte inesgotável de estudo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. Departamento Nacional de Ensino. **Decreto nº. 16.782A - A Reforma do ensino secundário e superior João Luiz Alves**. Rio de Janeiro, RJ, 1925.
- COSTA, Ana Valéria de Figueiredo da. **Imagens fotográficas de professoras: uma trajetória visual do magistério em escolas municipais do Rio de Janeiro no final do século XIX e início do século XX**. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, RJ, 2008.
- DANTAS, Andrea Maria Lopes. **As falas do novo: a imprensa e a organização da educação do Território do Acre (1930-1946)**. III Congresso Brasileiro de História da Educação, Curitiba, PR, 2004.
- DANTAS, Andrea Maria Lopes. **O “vozear” na mata e a modernidade anunciada: educação no Território do Acre através dos jornais (1906-1930)**. Revista HISTEDBR On-line, v. especial, 2011, p. 28-41.
- LIMA, Elizabeth Miranda de; NASCIMENTO; MACIEL, Alderlândia da Silva. Regulação e controle da Escola Primária Acreana (1910-1950): uma análise a partir dos regulamentos da instrução pública. In: NASCIMENTO, Luciana Marino do; ALBUQUERQUE, Luciete Basto de Andrade (orgs.). **Moderno/Contemporâneo: reflexões sobre a educação**. Curitiba, PR: Appris, 2012, p. 11-26.
- SOUSA, Natharça Mangueira de Sousa. **A organização da educação acreana e o discurso da modernidade: as reformas Hugo Carneiro e Francisco de Paula Assis Vasconcelos**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Acre, Rio Branco, AC, 2016.
- SOUZA, Rosa Fátima de. **Tempos de civilização: a implantação da escola primária graduada no estado de São Paulo; (1890-1910)**. São Paulo, SP, Fundação Editora da Universidade Estadual Paulista, 1998.
- PONTES, Carlos José de Farias; FARIAS, Jânio Pablo Oliveira; COSTA, Jhonathan Martins da. **A educação escolar no Território Federal do Acre na Primeira República (1904-1930)**. III Congresso Nacional de Educação, Natal, RN, 2016.